

Capítulo 19

MEMORIAL

André Gomes da Conceição



Cada época não somente sonha a seguinte, mas ao sonhá-la
força-a despertar.
Walter Benjamin



Eu me chamo André Gomes da Conceição. Nasci na cidade do Rio de Janeiro em 20 de agosto de 1970. Atualmente, sou professor do Colégio Brigadeiro Newton Braga (CBNB) e da Rede Municipal do Rio de Janeiro.

As mais antigas lembranças que tenho sobre a minha alfabetização são com o meu pai. Ele costumava dizer que, apesar de ter cursado apenas a segunda série primária, não era burro, pelo contrário. Cresci ouvindo essa frase. Hoje, professor há 30 anos, sei que não existe no mundo uma pessoa burra sequer. A minha mãe, professora formada no Liceu de Humanidades do município de Campos dos Goitacazes/RJ, não participou diretamente da minha alfabetização. Entretanto, sua escrita e fala corretas, de acordo com a norma culta, obviamente me influenciaram positivamente.

Importante dizer que meus pais se conheceram na atual rodovia BR 101, ainda uma estrada de terra, em 1954, pois o meu pai, ex-combatente em Monte Castelo, na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, era o motorista do único ônibus que percorria a linha Quissamã/Campos. Minha mãe pegava esse ônibus diariamente para dar aulas numa escola na zona rural, na localidade chamada Morro do Rato, no Norte Fluminense. Se não me engano, era a única professora da escola. Essa escola não existe mais. Era uma casa pequena na beira da estrada. Viajaram tantas vezes juntos, que se casaram, contrariando meus avós maternos. Vieram morar na cidade do Rio de Janeiro, num barraco de madeira em Jacarepaguá.

A primeira vez que fui apresentado às letras, como disse anteriormente, foi por meu pai, no ano de 1976. Antes de sair de casa para trabalhar, ele fazia uma série de colunas numa folha de caderno e, no topo da primeira coluna, ele escrevia uma letra. A minha tarefa do dia era reproduzir aquela letra em todas as linhas das colunas. Ao chegar em casa, ele verificava o meu trabalho e, se a letra não estivesse devidamente desenhada, ele ordenava que eu repetisse a atividade. Lembro-me perfeitamente do esforço que ele fazia para pronunciar as letras como carioca, uma vez que, por ser baiano, ele pronunciava o nome das letras à maneira como tinha aprendido. A letra G era pronunciada em sua região como “guê” e a letra L como “lê”, por exemplo. Ele reconhecia a diferença e me ensinava conforme a pronúncia local.

Ao terminar todas as letras do alfabeto, ele iniciou o ensino de composição das sílabas. A cada dia eu deveria reproduzir uma sílaba que ele escrevia no alto das colunas do caderno. Desse modo, em algum momento da minha vida, no ano de 1976, eu estava lendo e escrevendo.

O meu letramento em matemática também foi feito pelo meu pai. Ele me ensinou a tabuada e essa lição era tomada oralmente. Ele se orgulhava de saber a tabuada de cor. E contava várias vezes a história da sabatina em sua escola no

sertão baiano, entre a Fazenda do Urubu e Santo Antônio do Argoim, perto do Rio do Peixe, um rio que só tem água corrente por algumas semanas durante o ano. Lá, meu pai nasceu e foi criado.

A sabatina era uma prova oral que a professora aplicava para toda turma. Os estudantes formavam uma roda e a professora fazia uma pergunta sobre a tabuada. Caso um ou mais alunos errassem a resposta, eram castigados com um bolo de palmatória, dado pelo estudante que acertava o resultado da conta. Ele sempre repetia a história de que bateu muito nos colegas, pois era o rei da sabatina. De certa maneira, ele não perdeu esse hábito e castigava seus filhos com bolos de colher de pau pelos erros cometidos. Tomei muitos bolos. Ele nos dava a oportunidade de trocar de mão para aliviar a dor. E, por incrível que pareça, eu e meus irmãos legitimávamos esse castigo.

A professora do meu pai era sua irmã mais velha. O meu avô enviou sua filha a Salvador para que estudasse. Ela voltou para a Fazenda do Urubu formada como professora e alfabetizou os 11 irmãos. Hoje em dia percebo a importância desse ato para a minha formação acadêmica, ocorrido há aproximadamente um século, praticado pelo meu avô, que não conheci.

Num dia, no final do ano de 1976, minha mãe chegou eufórica em casa. Eu tinha sido sorteado para estudar na Escola Municipal Jenny Gomes, no bairro do Rio Comprido, na área central da cidade do Rio de Janeiro. Era uma escola que ficava no quarteirão da minha casa e, ainda assim, eu não fazia ideia da sua existência. Eu tinha 6 anos de idade.

A festa foi grande - depois eu entendi - porque não havia vaga para todas as crianças. Deduzi mais tarde que eu não tinha sido sorteado no ano anterior. Nunca perguntei, mas acredito que essa tenha sido uma das razões para o meu pai iniciar em casa meu processo de alfabetização.

Os meus seis irmãos, todos mais velhos, já estavam na escola. Lembro-me deles contando como era o ambiente escolar. Eu fiquei muito animado, apesar de ouvir dizer que havia uma professora nessa escola que tinha o apelido de casca-vel. Definitivamente, eu queria ir para a escola.

Outra evidência que permite afirmar que não fui sorteado nos anos anteriores era a existência na minha escola de um jardim de infância e eu não ter ido para esse segmento. Fui direto para a Classe de Alfabetização (CA) em virtude da idade, pois estava com quase 7 anos. A minha professora era a Dona Terezinha Wilma. Entretanto, dois meses depois de iniciadas as aulas, eu avancei para o primeiro ano, pois a professora percebeu que eu já estava alfabetizado. Desse modo, fiquei com os estudantes da minha faixa etária e com outra professora.

Já no 2º ou no 3º ano, não tenho certeza, eu ia para a escola sozinho, pois nem mesmo atravessar a rua era necessário. Hoje, não tenho dúvida de que esse fato contribuiu com o meu sucesso na escola. Eu tinha acesso fácil ao equipamento escolar e, ao mesmo tempo, desenvolvi grande autonomia.

No final dos anos 70, meus três irmãos mais velhos, todos oriundos de escolas públicas, estavam na universidade. O mais velho cursava artes cênicas na UNIRIO, outro estava na engenharia da UFRJ e minha irmã era aluna de medicina da UFRJ. Os exemplos acadêmicos eram os melhores possíveis na minha casa. Eu encarava os estudos com naturalidade. As diversas linguagens eram correntes no meu cotidiano.

Passei boa parte da minha infância achando que era mais inteligente do que o normal, pois os meus amigos da escola, e eram muitos amigos que eu tinha, sempre enfrentavam dificuldades. Eu não tinha consciência das condições favoráveis que minha família proporcionava.

Por volta de 1979, a direção escolar instituiu uma norma infame. Passaram a classificar os estudantes com lacinhos na lapela conforme seus conceitos em boletim escolar. Lacinho vermelho para os maus alunos, lacinho amarelo para os medianos e lacinho verde para os pouquíssimos estudantes com média superior a 8. O meu lacinho era verde. Os meninos odiavam essa obrigatoriedade. Morriamos de vergonha de usar um lacinho na camisa. É claro que a maioria dos meus colegas sofria duplamente, pois os que tinham lacinho vermelho eram taxados diariamente de burros. O desconforto era tão grande, que essa prática dos lacinhos durou alguns meses, apenas. Nos recusávamos a usar e dávamos diversas desculpas aos inspetores para não estarmos com lacinho. Uma vez um inspetor, ou a diretora, não me lembro, cobrou-me o uso do lacinho e, peremptoriamente, afirmou que eu não usava o lacinho porque deveria ser “lacinho vermelho”. Eu respondi triunfalmente que meu lacinho era verde! Os meus colegas gritaram de felicidade em meu apoio. Eu nunca mais me esqueci daquele dia. Foi uma vitória de todos.

A maioria dos meus amigos morava nas favelas do Rio Comprido. Assim, por volta dos 11 anos, eu já subia alguns morros, coisa inimaginável para mim alguns anos antes. Passei a frequentar o Sumaré, o 117, o Escondidinho, a rua da Jaqueira, a Fallet etc. Essa foi outra enorme aprendizagem que tive na vida. O meu desempenho acadêmico melhorou muito. Eu adquiria maturidade com meus amigos, muito mais espertos do que eu. Ali eu percebi que não era especial ou mais inteligente.

Durante o ginásio, entre o 5º e o 8º anos (atuais 6º e 9º), como qualquer adolescente, vivi minha explosão hormonal. Os primeiros contatos com as meninas ampliaram ainda mais os meus horizontes. Eu tinha plena oferta de tudo aquilo que,

acredito, um adolescente deva ter na escola, apesar das dificuldades financeiras do meu pai para comprar livros didáticos. Recebi muitos livros doados pela “caixa escolar”, uma espécie de fundo acumulado por doações pecuniárias que as famílias dos estudantes faziam mensalmente. Nessa época não havia programa de distribuição de livros por parte do Ministério da Educação.

A merenda escolar era satisfatória, exceto num dia. Esse fato ocorreu quando eu ainda estava no primário. O prato do dia foi escrito na porta do refeitório: tutu. Entrei na fila, como de costume. Ao lado da lata de lixo ficava a diretora adjunta. Ela era extremamente rude com os estudantes, mas era uma diretora típica daquela época. O aluno ou a aluna que deixasse comida no prato era condenado na frente de todos. Então, as crianças já sabiam que, se não gostassem da comida, era bom nem entrar na fila. Mas o meu problema era com o arroz doce. Quando o prato era esse, eu passava a vez e ficava pedindo um pedaço do lanche dos colegas que levavam alguma coisa. Outra digressão: nunca tive merendeira. Uma vez, pedi à minha mãe para comprar uma merendeira, daquelas coloridas que vinham com uma garrafinha acoplada. Ela respondeu: “para quê? A escola oferece comida!” Meus irmãos riram de mim e fiquei triste. Mas isso não se transformou em trauma. Voltando ao dia do tutu, que eu não fazia ideia do que era. Quando a cozinheira, Dona Leopoldina, carinhosamente chamada de Dona Popô, (mãe ou avó do meu amigo Marco Aurélio), colocou aquela massa preta no meu prato, imediatamente eu comecei a chorar baixinho, olhando para a diretora ao lado da lixeira, como uma sentinela. Sentei-me na cadeira, enrolei por alguns minutos, e fui ao esperado sermão. Hoje, eu adoro tutu, especialmente com pimenta para acompanhar.

Há poucos anos, me veio à cabeça um verso do hino dessa escola, que cantávamos uma vez por semana, nas formaturas que ocorriam diariamente. O verso em referência à Jenny Gomes era: “mãe de herói, sua vida revela, as riquezas das mães do Brasil”. Fui pesquisar quem era esse herói, filho da Jenny Gomes. Era o Brigadeiro Eduardo Gomes, golpista de primeira hora, um dos responsáveis pelo suicídio de Getúlio Vargas. Ironicamente, o meu filho mais novo chama-se Eduardo Gomes e, aluno do CBNB, escola da Aeronáutica, não teve sua matrícula renovada em 2018, pois houve atraso de um dia na entrega dos documentos. Essa é a prova de que os nomes são apenas nomes.

Outra lembrança, dentre as muitas que tenho até hoje, foi uma redação que a professora pediu que fizéssemos sobre algo que gostaríamos que mudasse na escola. Acho que estava na 2ª série. Poderíamos dizer o que quiséssemos, sem censura. Então, escrevi que seria muito bom se a diretora fosse substituída, pois ela não nos deixava correr nem jogar bola durante o recreio. Algum tempo depois, a cada dez minutos, um professor ou uma professora chegava na porta da sala de

aula da turma e a minha professora apontava para mim. Os professores riam e saíam. Logo eu percebi que ela tinha lido minha carta para os professores e, provavelmente, para a diretora. Fiquei um bom tempo remoendo o que eu considerava uma traição por parte da minha professora. Depois, relevei. Voltei a gostar dela.

Vou contar só mais uma passagem. O tênis que eu utilizava para ir à escola era o Conga, um calçado considerado muito feio e o seu solado era de um material escorregadio. Mas era o mais barato. Todo início de ano, eu ia à sapataria do Seu Valter pegar um par novo. Meu pai comprava fiado e o dono me conhecia. Era só pegar o tênis que depois o meu pai pagava. Num ano eu criei coragem e peguei um tênis da marca Rainha. Levei para casa e fiquei admirando o tênis por horas. Quando meu pai chegou do trabalho, não tive coragem de não mostrar o tênis. Ele olhou para o sapato e me disse com seu vozeirão: “vai trocar, seu corno!” No outro dia peguei o meu Conga com o Seu Valter.

Terminei o ensino fundamental como membro do “pelotão da bandeira”. Os seis melhores alunos ou alunas da escola, da última série, eram os membros desse pelotão. E eu conduzi a bandeira algumas vezes, o que significava destaque no grupo. Na 8ª série, último ano, fomos informados de que uma empresa empregaria os alunos com as notas mais altas. Fiquei muito animado. Depois descobri que outros alunos foram empregados e eu nem fui chamado para conversar.

Em 1985 fui para o Colégio Estadual Paulo de Frontin cursar o ensino médio (chamado de 2º grau, à época), na rua Barão de Ubá. A escola fica entre os bairros Estácio, Tijuca e Praça da Bandeira. Até hoje eu não sei qual é o bairro, de fato.

Nessa escola eu passei por grandes transformações. O prédio era muito diferente e muito maior. Havia dezenas de turmas distribuídas em três turnos. Acredito que o número de alunos superasse 3.000 e eram de vários bairros da cidade. Apesar de a Escola Jenny Gomes não ser pequena, eu não estava acostumado a tanta impessoalidade e liberdade. Na primeira escola, íamos para a sala de aula, para o recreio e para a saída em forma, numa espécie de ordem unida. A vigilância sobre os corpos era extrema. As meninas não podiam usar brincos pendentes nem maquiagem. Havia um rigor extremo com o uniforme. A maioria não podia comprar o uniforme e dava um jeito de atender às exigências, sabe-se lá como. Agora, tínhamos liberdade de ir para a sala de aula e outros lugares sem sujeição. Obviamente, perambulávamos pela escola, que tem 5 andares, duas quadras e um bom pátio interno e, o melhor, praticamente não existiam inspetores. Até sair da escola para matar aula era fácil, pois o controle na portaria era mínimo. A parte obrigatória do uniforme era apenas uma discreta camisa de malha branca.

O primeiro ano foi de muito namoro e de novas amizades. Agora eu já não andava livre apenas pelo bairro. Eu caminhava pela cidade com meus amigos

e com minhas amigas. No final de 1985, iniciei os primeiros contatos com o movimento estudantil.

Em 1986, entrei de cabeça na militância política e partidária, namorei mais longamente uma colega de escola e comecei a trabalhar diariamente como office boy num banco, quando vivi minha primeira experiência sindical, participando de assembleias, greves e piquetes.

Ainda em 1986, participei da fundação do grêmio estudantil da minha escola. Fizemos a primeira assembleia estudantil da instituição, que tinha 70 anos, à época. Fui eleito diretor. Vinculamos o grêmio à Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (AMES) – que atualmente é municipal. Ajudei na fundação de grêmios em diversas escolas da cidade. O movimento estudantil estava rompendo com a proibição de grêmios nas escolas, imposta pela ditadura militar. O regime tinha criado os Centros Cívico Escolares (CCE), entidade tutelada pela direção das escolas, em substituição aos grêmios.

Agora, eu participava dos congressos estudantis nacionais organizados pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e outros pelo meu partido. Nos reunimos em Goiânia, em Brasília, em Recife, em Nova Iguaçu etc. A militância política me fez andar pelo país, ainda menor de idade. Interessante era a minha mãe - católica, conservadora e anticomunista-, que ia até a rodoviária comigo e assinava uma autorização para viagem. Ela sabia que eu iria de qualquer maneira. Então, fazia o possível para me proteger, apesar de sempre me aconselhar a largar a política, pois, dizia, criaria muitos problemas em minha vida. Ela não deixava de ter razão e, ao seu modo, me ajudou a tomar decisões de maneira mais consciente.

Fazíamos faixas para as manifestações e pichávamos muros com as principais bandeiras do movimento estudantil nos anos 80: pelo Grêmio Livre, conquista transformada em lei ainda vigente; por uma escola pública, gratuita e de qualidade; por meia passagem nos transportes para os estudantes (a passagem subsidiada atual é fruto dessa luta); e por eleições diretas para diretor das escolas públicas. Muitas dessas bandeiras foram transformadas em vitórias. Infelizmente, a diretora da escola, há mais de duas décadas ocupando o cargo por indicação, insatisfeita com a perda da colocação, pois elegemos outra professora, não assinou meu certificado de conclusão do ensino médio, fato que quase impediu minha matrícula na UFRJ. Talvez a última palavra que eu tenha aprendido no ensino médio tenha sido retaliação.

A eleição direta para diretor das unidades escolares do Estado do Rio de Janeiro foi uma vitória dos estudantes e do sindicato dos professores (CEPE), após a grande greve de 1988, que durou mais de três meses. Como liderança estudantil, fui procurado pelo jornal O Dia para falar sobre a greve. A repercussão da matéria

foi muito positiva na minha escola, pois consolidou o grêmio e deu novo ânimo aos professores, bombardeados pela mídia, unindo corpo docente e corpo discente.

Em 1986, fui reprovado, no 2º ano. Eu era, decididamente, outro aluno. Havia assumido muitos compromissos. A infância tinha ficado para trás. O trabalho, a vida amorosa e a militância política conduziam minha vida acadêmica. Concluí o ensino médio em 1988. Fiz vestibular e não passei. Naquela época não havia o Enem. Os vestibulares para as universidades eram independentes e as taxas de inscrição muito caras.

Em 1989, prestei o serviço militar obrigatório. Ao fim do ano, meu comandante imediato não permitiu que eu saísse mais cedo num dia da semana para fazer minha inscrição nos vestibulares. Não havia internet e a inscrição era presencial. Não fiz o concurso.

Em 1990, fora do Exército Brasileiro, arrumei um emprego no comércio e me casei. Saí da casa dos meus pais. Sem conseguir pagar um curso preparatório, fiz o vestibular e passei para cursar geografia na UFRJ e na UERJ. Iniciei o curso na UFRJ em 1991. Hoje, não tenho dúvida de que as leituras que fazia como formação militante compensaram em boa medida minhas defasagens de conteúdo em algumas disciplinas.

Fui pai pela primeira vez em 1993, quando nasceu o Miguel, enquanto cursava a graduação e, ao mesmo tempo, trabalhava de segunda-feira a sábado, das 13 às 23 horas, para pagar o aluguel e sustentar a família. Hoje, o Miguel é professor de geografia, também formado pela UFRJ, e muitos dos seus professores foram meus professores ou colegas de faculdade. Ainda adolescente, passou a fazer militância com os indígenas. Atualmente, é reconhecido como índio. Foi batizado como Yutu D'jare, que significa “aquele trazido pelo vento”, numa cerimônia na Aldeia Maracanã. Em 2021 escrevemos juntos dois capítulos de um livro sobre práticas docentes, produzido por professores da Aeronáutica.

Duas passagens marcaram minha graduação na UFRJ, dentre outras. Ao verificar o resultado em uma disciplina, vi que minha nota final era 7,5, o suficiente para ser aprovado. Mas o número estava escrito com caneta vermelha. Recorri à professora, que justificou minha reprovação em razão das faltas, pois o número máximo eram 6 e eu tinha deixado de assistir a 9 aulas. Ao fim da breve conversa, a professora disse que eu era um típico jovem irresponsável por faltar tanto. Não respondi e fiz nova inscrição na disciplina. Outro episódio ocorreu com diferente professora que, contestada pelos alunos, afirmou que a universidade não era para estudante trabalhador, mas para quem poderia se dedicar exclusivamente aos estudos. A professora tinha informado, com menos de uma semana de antecedência, que deveríamos fazer um trabalho de campo em São Paulo, com duração de 5 dias.

Eu e um colega, que tínhamos emprego regular, questionamos o curto prazo para nos organizarmos. A universidade não era o melhor dos mundos para o estudante trabalhador. Acho que ainda não é. Apesar de coisas como essas, fiz boas amizades. Quando retorno ao Instituto de Geociências, faço questão de visitar a Inês, que trabalha até hoje numa lanchonete do prédio. Eu bebi muita cerveja e dei bastante risada com ela e meus colegas. Hoje é proibido vender cerveja na universidade.

Em 1994, sem estar formado, comecei a dar aulas em escolas particulares. As atribuições da vida atrasaram minha formatura em 2 anos.

Entre os anos de 2000 e 2001 passei nos concursos para professor da rede municipal da cidade do Rio de Janeiro, do CBNB, da Faetec e do Cefet/RJ. Optei pelo CBNB e pela rede municipal. Permaneço até hoje no Município e na Aeronáutica. Aos poucos, abandonei as escolas particulares. Fui presidente da Associação de Docentes do CBNB e sou fundador da seção sindical SINASEFE-CBNB.

Em 2003, nasceu minha filha Lívia e, em 2006, nasceu meu terceiro filho, o Dudu. Ambos foram meus alunos no CBNB. Hoje, a Lívia é militante do movimento estudantil secundarista.

Em 2014, descobri que a tia da minha amada companheira Adriana foi minha professora de Língua Inglesa no ensino fundamental. Eu a revi e fiquei muito feliz. Ela é chamada de Denise por todos da família. Mas eu não consigo e a chamo de Dona Denise.

Retornei à universidade como estudante em 2016 para cursar o mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Desenvolvi a pesquisa sobre a gestão orçamentária das escolas da Força Aérea Brasileira, à luz da categoria trabalho estranhado, contida nas obras de Marx. Concluí o curso em 2018. Em 2021 fui aprovado para cursar o doutorado no mesmo programa de pós-graduação. Atualmente, sou doutorando.

Dessa maneira, a minha história com a educação ainda está em processo de construção, seja como aluno ou como professor. Acredito que a educação estará em boa parte dos meus próximos anos de vida. Talvez nunca deixe de estar.